



Diálogos

<http://dx.doi.org/10.4025/dialogos.v20i3>

ISSN 2177-2940
(Online)

ISSN 1415-9945
(Impresso)

Bernardo de Sigüenza: A reconquista como fundamento para a dominação através do *poder senhorial-episcopal* em Castela no Século XII

<http://dx.doi.org/10.4025/dialogos.v20i3.34238>

Bruno Gonçalves Alvaro

Professor Adjunto III de História Medieval no Departamento de História e no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Sergipe, brunoalvaro@ufs.br

Palavras Chave:

Reconquista; Senhorio; Poder senhorial-episcopal

Keywords:

Reconquest; lordship; master-episcopal power

Palabras clave:

Reconquista; Señorío; Poder Señorial-episcopal.

Resumo

Através da análise da trajetória do aquitano Bernardo de Agen, bispo e senhor de Sigüenza entre os anos de 1124 a 1151, discutiremos neste artigo como o processo de reconquista territorial empreendida durante a Idade Média Central foi um dos fundamentos para o exercício da dominação eclesiástica na região de Castela, na Península Ibérica. Munido de um poder específico o qual chamamos de *poder senhorial-episcopal*, o bispo seguntino despontou como um dos principais nomes inseridos na política castelhano-leonesa, encabeçada por uma gama de interdependências entre a monarquia e os episcopados

Abstract

Bernard of Sigüenza: the reconquest as foundation for the domination through the master-episcopal power in Castile in the 12th Century

Through analysis of the aquitainian Bernard of Agen's trajectory, bishop and lord of Sigüenza, between the years from 1124 till 1151, we will discuss, in this article, how the process of territorial *reconquest* got during the Central Middle Ages was one of the main reasons for the exercise of ecclesiastical domination in the region of Castile, in the Iberian Peninsula. Armed with a specific power which we call master-Episcopal power, the seguntinian Bishop emerged as one of the leading names in the Spanish-leonesa politics, headed by a series of interdependencies among the monarchy and the bishoprics.

Resumen

Bernardo de Sigüenza: La Reconquista como fundamento de la dominación por medio del *poder señorial-episcopal* en Castilla (Siglo XII)

Por medio del análisis de la trayectoria del aquitano Bernardo de Agen, obispo y señor de Sigüenza entre los años 1124-1151, vamos a discutir en este artículo como el proceso de reconquista territorial llevada a cabo durante la Edad Media Central fue una de las razones para el ejercicio de la dominación eclesiástica en la región de Castilla en la Península Ibérica. Armado con una potencia específica que llamamos el *poder señorial-episcopal*, el obispo seguntino surgió como uno de los principales nombres introducidos en la política de Castilla y León, encabezados por una serie de interdependencias entre la monarquía y los obisposdos..

Introdução

Neste artigo, analisaremos o quanto o *poder senhorial-episcopal* em sua aplicação cotidiana em Castela foi ancorado pelo processo de reconquista e como a negociação foi um elemento importante na dominação territorial. Para tal, nos focaremos na atuação do primeiro bispo, pós-restauração da diocese de Sigüenza, o aquitano Bernardo de Agen.

Apesar de não ter sido o foco de muitas pesquisas espanholas como, por exemplo, as dioceses de Toledo ou Compostela, a Igreja de Sigüenza e seu primeiro bispo na Idade Média Central apresentam singular importância no desenvolvimento político e social na consolidação da monarquia castelhano-leonesa na chamada “linha do Tejo” durante a Idade Média Central (REGLERO DE LA FUENTE, 2006).¹

Assim como diversos outros lugares do centro peninsular medieval, conforme a fronteira com a “Espanha muçulmana” foi gradativamente se distanciando para o sul, Sigüenza entrou no que poderíamos definir como um processo de “decadência”, se comparado à influência que seus bispos exerceram na vida política dos séculos XII e XIII.² Não obstante, como enfatizado por Carlos Sáez Sánchez (2006, p. 172), a cidade sempre teve uma vida cultural de alto nível, que culminou com a fundação de uma universidade no século XV, que sobreviveu até sua supressão com as desamortizações do século XIX.³

Os combates e debates a respeito da

restauração da diocese de Sigüenza e a reconquista de sua capital pelas mãos do bispo Bernardo de Agen no século XII, perpassam por uma discussão mais ampla. Para compreendermos melhor os aspectos da ação militar em Sigüenza frente à ocupação muçulmana, iniciada em meados do século VIII, e o quanto isso fortaleceu o poder dos senhores bispos castelhanos-leoneses, se faz necessário passar em revista como temos compreendido o conceito de *Reconquista* e aquilo que nós definimos como *poder senhorial-episcopal*.

A reconquista de Sigüenza e o conceito de *poder senhorial-episcopal*

Francisco García Fitz, um dos mais importantes historiadores que vem se dedicando já algum tempo ao estudo historiográfico e documental sobre a *Reconquista*, afirma que o termo é um dos conceitos historiográficos, ao lado, por exemplo, do *Feudalismo*, que tem suscitado os mais amplos debates na historiografia dedicada ao estudo da Idade Média (GARCÍA FITZ, 2010, p. 11).

A utilização e a construção teórica para o termo são relativamente recentes e, segundo ele:

[...] sus significados estén sujetos a las preocupaciones, ideas, sentimientos o prejuicios de los autores que lo ‘inventaron’, aplicaron o criticaron mucho tiempo después de que el fenómeno al que alude el término hubiera finalizado, razón por la cual el concepto no sólo presenta acpciones variadas – cuando no una fuerte carga de ambigüedad –, sino que también ha sido una arma arrojada en algunos de los combates ideológicos que se han desenrollado en

¹ Localizada na região central da Comunidade Autónoma de Castilla-La Mancha, encontra-se a cidade de Sigüenza, atualmente pertencente à província de Guadalajara, fazendo fronteira, principalmente, com o município de Atienza, pertencente à mesma comunidade autónoma e província, e Medinaceli, município pertencente à província de Soria. Hoje, com uma população de, aproximadamente, 4.960 habitantes e compreendendo uma superfície de 386,87 Km, ela sobrevive, em grande parte, por meio da agricultura e do turismo.

² A própria restauração desta diocese e de diversas outras que haviam desaparecido a partir da conquista muçulmana perpassa, como ressaltado por Carlos Manuel Reglero de la Fuente (2006, p. 205), por toda uma rede de disputa de poder entre Urraca I, Alfonso VII e Alfonso I de Aragón.

³ Ver, também: DÁVARA Y RODRÍGUEZ, 1990.

España durante los últimos dos siglos (GARCÍA FITZ, 2010, p. 11 e 12).

Como diversos conceitos atualmente naturalizados na historiografia, este também se consolidou no século XIX, tendo sido associado à formação da identidade nacional espanhola, assegurando um objetivo e um passado comuns a todas as regiões e, ao mesmo tempo, permitindo uma singularidade essencial frente aos outros países europeus (GARCÍA FITZ, 2010).

Sendo assim,

la Reconquista, entendida como una lucha armada contra el islam que se extendería a lo largo de ocho siglos y que permitiría a los ‘españoles’ la recuperación del solar patrio que les había sido arrebatado por los ‘extranjeros’ musulmanes, se convertía a partir de entonces en el elemento nuclear de la formación de la identidad de España como nación y patria común de todos sus habitantes (GARCÍA FITZ, 2010, p. 13).

García Fitz em seu livro *La Reconquista*, nos convida a refletir: se se quer falar, simplesmente, sobre os processos de expansão militar e territorial ou do avanço das fronteiras, comparado, até mesmo, aos cruzados no Levante Mediterrânico ou aos alemães pelas margens do Báltico, não se justificaria a utilização do conceito de *Reconquista*. Seria possível aos especialistas utilizarem termos como *conquista*, *anexação*, *expansão* ou qualquer outro mais neutro (GARCÍA FITZ, 2010, p. 57). Porém, para ele, o uso deve levar em consideração a construção ideológica dos cronistas do século IX ao XV, que serviu para justificar ou mesmo motivar a guerra contra os muçulmanos em solo hispânico. Pois quando se fala de *Reconquista* “no se está aludiendo solo a una conquista, sino a una conquista justificada de determinada manera, a una expansión territorial motivada con unos argumentos coherentes y bien definidos” (GARCÍA FITZ, 2010, p. 59).

É possível observar que o medievalista Francisco García Fitz fundamenta seu trabalho

no estudo das ideologias e três aspectos devem ser observados sobre sua tese de análise da reconquista como um sistema ideológico.

Primeiramente, ele não entende o “ideal reconquistador” fora do motor e fio condutor da expansão dos reinos cristãos peninsulares, o que implica na ideia tanto da recuperação territorial do reino visigodo como da restauração religiosa da Espanha, ambas (Pátria e Igreja) perdidas como consequência da invasão islâmica. Ao contrário, ele considera, na verdade, que esta expansão é um fenômeno complexo que implica condicionantes demográficos, sociais, econômicos, políticos e culturais de diversos tipos e que não podem ser preteridos ou ignorados em benefício de uma única ou principal inspiração vindicativa ou religiosa (GARCÍA FITZ, 2010, p. 67).

Para ele, a partir desse ponto de vista, a guerra contra o islã responde a um amplo leque de motivações, das mais gerais às mais particulares como, por exemplo, o botim recolhido graças às vitórias, a vingança pessoal em resposta a um prejuízo recebido previamente, a repartição das terras conquistadas, a cobrança de tributos, a ascensão social e fama, interesses políticos, etc. García Fitz (2006, p. 68) alerta que em alguns desses casos nem sempre este “ideal reconquistador” se fazia presente.

Em segundo lugar, ele destaca que quando a “ação ideológica reconquistadora” se faz presente na documentação que narra ou descreve algum conflito entre cristãos e muçulmanos, não necessariamente está ligada à motivação real do embate. Ao contrário, muitas vezes pode ocorrer que o argumento se aplique posteriormente para explicar ou mesmo justificar o confronto em termos ou coordenadas mentais e ideológicas aceitáveis para o autor da narrativa, quando, na verdade, muito pouco tem haver com as reais motivações que envolveram os protagonistas do fato narrado (GARCÍA FITZ, 2010, p. 68 e 69).

O terceiro aspecto que deve ser considerado é que nem todos que participaram da guerra contra os muçulmanos abraçaram o “ideal de reconquista” com o mesmo entusiasmo e nem ele se manteve ou foi proclamado em todo momento com a mesma intensidade e significado. Realizando uma análise de trabalhos dos historiadores Derek W. Lomax (1984) e Daniel Baloup (2002), o medievalista espanhol afirma que:

la diversidad marca solo el grado de aceptación de la idea por parte de los individuos y de los diversos sectores sociales, sino también el énfasis que se pone en la defensa o actualidad de la misma en una situación histórica o en otra (GARCÍA FITZ, 2010, p. 69).

Sobre esta diversidade, que nós chamaríamos de “apropriações do ideal de reconquista”, Francisco García Fitz, amparado em um estudo de Stéphane Boissellier (1994), ressalta que mesmo entre as pessoas, grupos ou instituições envolvidas nos confrontos, nesse caso, o papado, os bispos, monges, cruzados, ordens militares, a monarquia e a nobreza, a leitura do “ideal de reconquista” ocorreu de maneiras diferentes, ainda que sempre dentro de um mesmo “fundo ideológico” (GARCÍA FITZ, 2010, p. 69).

Finalmente, Francisco García Fitz (2010, p. 70) observa que não se deve menosprezar o papel da “ideologia reconquistadora” no processo de expansão territorial empreendido pelos reinos do norte, nem mesmo quando isso aparece em momentos ou documentos em que, evidentemente, são utilizados para falsificar, distorcer ou manipular a realidade histórica com fins, por exemplo, propagandísticos. Assim, por mais anacrônica que tenha sido suas origens ou artificiosa em determinado momento, conforme esse ideal se desenvolve e passa a ocupar um lugar na sociedade, ajudou-a a construir a imagem que ela tem de si mesma e de seus atos.

Ancorado no célebre artigo de Georges Duby sobre ideologias das sociedades (1976),

García Fitz conclui que:

proponía la Reconquista tal como aparece expresada en la crónica del siglo IX y se mantiene hasta finales del siglo XV: una visión interpretativa de las sociedades cristianas peninsulares que daba sentido a lo ya acontecido, a la forma de actuar en cada momento presente y a lo que debería ocurrir en tiempos venideros, engarzándolo en un discurso lógico y sentimentalmente estructurado: mirando hacia atrás, el ideal reconquistador colocaba a las comunidades nortenas ante sus orígenes, haciéndoles entroncar con una herencia – el reino católico visigodo – de la que habían sido injustamente desposeídos por los musulmanes (GARCÍA FITZ, 2010, p. 71.).

Como é sublinhado por este autor, a reconquista contém todos os elementos suficientes para moldar uma ideologia que contribuiu nos processos de formação e estruturação das mesmas sociedades que a criaram.

Apesar de já algum tempo os estudos fundamentados na análise ideológica estarem renegados a um injusto limbo na historiografia brasileira, tendo sido ofuscados principalmente pelos trabalhos situados no âmbito das *Representações* (DOSSE, 1999), as reflexões do medievalista Francisco García Fitz é um horizonte muito profícuo no que diz respeito à abordagem sobre as relações entre cristãos e muçulmanos na Península Ibérica medieval e diversos outros medievalistas contemporâneos encontram-se seguindo seu rastro, no qual nós também nos incluímos.

Partindo do estudo revisionista de Francisco García Fitz, consideramos que a reconquista seguntina se encaixa no quadro teórico do conceito apresentado por ele. Para nós, o caso específico de Sigüenza está estritamente relacionado ao contexto político e ideológico que nos remete, ainda, à Alfonso VI e que se arrastará até os primeiros anos de consolidação do reinado de seu neto, Alfonso VII, que, coincidentemente, caminham

paralelamente à restauração da diocese seguntina e ao desenrolar do governo de seu primeiro bispo. Analisemos os fatos.

Alguns historiadores defendem que as primeiras grandes incursões para a efetiva “libertação” de Sigüenza ocorreram com Fernando I (MARTÍNEZ GÓMEZ-GORDO, 1985; MINGUELLA Y ARNEDEO, 1910; SEVILLA MUÑOZ, 1985; entre outros). No entanto, não fundamentam seus argumentos em nenhuma documentação, ou pelo menos não deixam isso claro. De qualquer maneira, devido a sua posição estratégica e ao processo de expansão territorial empreendido pelo monarca supracitado, é possível que a cidade de Sigüenza tenha sido alvo de interesse militar da coroa castelhano-leonesa no período que antecedeu a coroação de Alfonso VI e que em algum momento desse governo tenha entrado em pauta alguma incursão armada.

Outra missão bélica, que diversos historiadores se referem como uma possibilidade de reconquista e que incluiria Sigüenza, é descrita de maneira indireta no *Poema de Mio Cid*, datado do século XIII, mas que narra acontecimentos que teriam ocorrido nos anos finais do XI. Como demonstra Adrián Blázquez Garbajosa:

En efecto, siguiendo el itinerario geográfico del *Cantar del Mio Cid*, Rodrigo Díaz de Vivar, en compañía de su pariente Alvar Fáñez de Minaya, cruzando el Duero, entró por tierras de la actual Guadalajara: por tierras de Miedes se dirigió a Castejón de Henares, cuyo castillo tomó por sorpresa. Continuó después río Henares arriba, pasando y atacando quizá a Sigüenza, y siguiendo por tierras aragonesas tomó Molina (BLÁZQUEZ GARBAJOSA, 1985, p. 36).⁴

Apesar da narrativa presente no poema ser bem posterior ao final do século XI, diversos pesquisadores, como Blázquez Garbajosa, assinalam que Sigüenza pode ser inserida no itinerário militar *cidiano*. No entanto, defendemos que tal postura deve ser matizada, já que nem ao menos o nome da cidade aparece no documento, diferentemente, por exemplo, da citada Guadalajara ou ainda Calatayud. Mas, como afirmamos anteriormente, a probabilidade de Sigüenza ter estado em pauta na expansão territorial, seja de Fernando I ou de seu filho Alfonso VI, não está fora de cogitação, desde que adequando-se às informações documentais e historiográficas sobre o século XI.

Por sua vez, Carlos Manuel Reglero de la Fuente, ao analisar o papel dos bispados dos reinos ocidentais hispânicos, principalmente Leão, Portugal e Navarra, nos séculos XI e XII, demonstra que a primeira fase do reinado de Alfonso VI pode ser caracterizada por uma volta a política diocesana empreendida por seu pai, Fernando I.

Segundo o autor, no governo afonsino não foram criadas novas sedes, na verdade, algumas já existentes foram, inclusive, suprimidas. Até o falecimento deste monarca, seu reino contava com 16 sedes, das quais somente duas tinham precedentes visigodos – Oviedo e Leão – e apenas outras duas dioceses haviam sido restauradas durante seu reinado: Osma e Salamanca (REGLERO DE LA FUENTE, 2006, p. 203 e 204).

Para nós, a trajetória de Bernardo de Agen até a sede seguntina se deveu muito a dois personagens inseridos no que foi apresentado por Reglero de la Fuente: Alfonso VI e o arcebispo da então recém conquistada Toledo, Bernardo de Sauvetat.⁵

⁴ O itinerário pode ser verificado nas Estrofes de 23 a 26 (*Poema de Mio Cid*, 2001. p. 160-165).

⁵ Conforme demonstra um artigo de Julián Montemayor (1992), a atuação do arcebispo de Toledo foi constante no que se refere a essa “importação” de clérigos oriundos de seu monastério de origem, Sahagún. Não coincidentemente o arcebispo de Toledo também é conhecido como Bernardo de Agen, justamente por ser oriundo, assim como o bispo seguntino, dessa região.

Ao assumir a sede toledana, Sauvetat se cercou de clérigos oriundos, em sua maioria, da mesma região que a sua, a Aquitânia. Os motivos podem ser explicados graças a confusa situação de seu arcebispado, como, por exemplo, a difícil relação com Compostela e o conturbado período monárquico de Urraca I, sucessora de Alfonso VI. Em nossa opinião, estes fatores impulsionaram, muito provavelmente, nesse primeiro momento de governo, que o arcebispo consagrasse às sedes sob sua autoridade, eclesiásticos de sua extrema confiança.

Apesar da documentação sobre a reconquista episcopal de Sigüenza produzida próxima ao período ser escassa ou mesmo nula, tudo indica que:

- 1) Quando Alfonso VI conquista Toledo e coloca à frente de sua igreja o cluniacense Bernardo Sauvetat, empreende um projeto de alargamento fronteiriço que incluiu Medinaceli e Sigüenza, no entanto, tais conquistas foram efêmeras, já que logo após chegariam os almorávidas na região, conquistando-a novamente, em 1109.
- 2) A restauração de Sigüenza como diocese foi impulsionada pelo arcebispo toledano em 1121 e encabeçada por uma disputa de poder na região da Extremadura entre Urraca, Alfonso VII, posteriormente chamado *Imperador*, e Alfonso I, *o Batalhador*, sendo, que o jovem monarca galego possuía o apoio do metropolitano, o que facilitará seu paulatino crescimento frente aos outros dois personagens.
- 3) A importância da aristocracia eclesiástica no período de reconquista se atesta nesse intento restaurador de dioceses entre os séculos XII e XIII, o que, para a historiografia sobre o tema, configura-se como o momento áureo do fenômeno. Isso explicaria a disputa entre Urraca, Alfonso VII e Alfonso I, *o Batalhador*.
- 4) Bernardo de Agen, inserido nesse quadro, acaba recebendo o apoio vindo de todos os lados: do arcebispo de Toledo, que é quem o

ordena para a Sede de Sigüenza; de Alfonso I, *o Batalhador*, que reconquistou Molina, local de onde o bispo seguntino organizará sua empreitada militar; de Urraca I, que empreende o que parecem ser as primeiras doações com subsídios econômicos para o bispo e sua sede, e, por fim, Alfonso VII, que acaba sendo aquele que terá maior influência sobre a diocese seguntina, mas, somente, a partir da morte de sua mãe.

Podemos concluir, a partir das considerações sobre as relações políticas e a guerra, realizadas por Francisco García Fitz (2002), que a reconquista de Sigüenza se insere em um interessante painel de relações de poder entre diversos interessados e que envolveu mais do que a luta territorial entre cristãos e muçulmanos. Ou seja, devemos ressaltar que a reconquista de Sigüenza não se configurou apenas como um projeto individual de seu bispo eleito, mesmo que tal feito não tenha sido uma intervenção direta da coroa castelhano-leonesa, o fato deve ser vinculado às suas disputas internas e externas, as contribuições indiretas vieram de lados que, evidentemente, se encontravam em um ferrenho conflito naquelas regiões, mas demonstram também o alto grau de interdependência que caracterizará a sociedade senhorial ibérica durante toda a Idade Média, demarcando as constantes relações de força e poder entre as monarquias e os episcopados, tendo o senhorio como o principal ponto de vinculação e negociação, ao mesmo tempo, de ferrenhas disputas.

No que diz respeito à reconquista definitiva da capital diocesana pelas mãos de Bernardo de Agen, tendo como data 22 de janeiro de 1124, grande parte dos cronistas e historiadores fundamentam sua argumentação no primeiro documento, ou ao menos o mais antigo preservado, emitido por Urraca I em nome da Igreja, em 1 de fevereiro daquele mesmo ano. Vejamos os pontos que sustentam tal afirmação que, para nós, atualmente, cristalizou-se como *sensu comum* entre a maioria

dos especialistas, no entanto, a partir de fundamentos que defendemos como superficiais.

Primeiramente, a data e o mês são baseados no trecho de um pergaminho, presente no *Libro de Fundaciones de la Iglesia Catedral de Sigüenza*, escrito com letra do século XV onde se lê: *22 januarii. – Itur ad ecclesiam Sancti Vincenti, quod tali die ecclesia seguntina recuperavit castrum seguntinum.*

Tanto os cronistas seguntinos, como os historiadores, acabaram apenas associando a passagem supracitada com o ano de emissão do documento da rainha castelhana, considerando, deste modo, a já citada data de 22 de janeiro de 1124 como a mais provável como marco cronológico da reconquista de Sigüenza.

Toribio Minguella y Arnedo, por exemplo, é categórico ao afirmar que:

los cristianos, el día 22 de Enero de 1124, después de uno y otro ataque, en el tercero tomaron à los moros definitivamente el castillo y la ciudad, haciendo el Obispo hermosa y original entrada en la capital de la Diócesis. A la cabeza del Clero y de los fieles, guerreros todos como su caudillo y padre, penetró D. Bernardo de Agén en la ciudad ostentando en sus manos la cruz, única bandera entoces de la Religión à la vez que de la Patria. Esta bandera hondeó en las almenas de la vetusta fortaleza desde aquel día hasta no hace muchos años, cuando ya los Obispos de Sigüenza hemos perdido de hecho el señorío temporal de la ciudad, señorío que, si nos atenemos à la tradición, aunque ésta no parece muy de acuerdo con los diplomas, no fué tanto *graciosa donación* real cuanto riguroso derecho de conquista, y que, respecto del castillo, símbolo del mero y mixto imperio, se apoyaba en legítima propiedad adquirida por compra (MINGUELLA Y ARNEADO, 1910, p. 65).

Curiosamente, como podemos verificar, o autor, inclusive, se queixa da perda do senhorio temporal seguntino, exaltando a conquista do seu antecessor histórico.

Entretanto, para Adrián Blázquez Garbajosa, a probabilidade da rainha Urraca I ter

concedido qualquer privilégio apenas um mês após a retirada dos muçulmanos da cidade é muito pouco provável. Segundo ele:

Diez días representan un período de tiempo demasiado breve para enviar a doña Urraca noticias oficiales de la reconquista y del estado lastimoso en que se encontraba la ciudad, y para que la reina decidiese las concesiones que por bien tenía hacer al reconquistador y obispo de dicha ciudad. Parece, pues, más lógico y más de acuerdo con los trámites de la chancillería el suponer como año de la reconquista de Sigüenza el de 1123. Así una vez la ciudad reconquistada y asegurada don Bernardo dio parte de ello a la reina y ésta le otorgó en consecuencia rentas con las que poder comenzar a reconstruir la ciudad y defenderla de los posibles ataques de los moros, cuyas incursiones en la comarca durarán todavía varios años (BLÁZQUEZ GARBAJOSA, 1988, p. 47).

Se observarmos, frente ao contexto do período, a argumentação de Blázquez Garbajosa possui uma sustentação maior que a de Minguella y Arnedo, já que muito dificilmente a rainha se manifestaria antes da certeza do local tomado e seu conquistador efetivamente instalado. Não haveria motivos para que emitisse sua doação de 1124 se a região, ou pelo menos a capital da diocese, não estivessem sob o mínimo controle do prelado. E, para nós, militarmente, um espaço tão curto de tempo não garantiria isso.

Antes de analisarmos a atuação de Bernardo de Sigüenza de forma mais objetiva, é fundamental que nos detenhamos na conceitualização daquilo que sustentará todo o seu governo à frente da sua recém-conquistada diocese: o *poder senhorial-episcopal*.

As relações firmadas no decorrer das sociedades senhoriais, possuem para nós um aspecto que merece destaque, mas que consideramos um tanto relegado aos porões das querelas discursivas da historiografia atual. Fundamental para a compreensão do agir político de tais sociedades, sobretudo as

medievais, ele diz respeito à maneira como o exercício dos poderes foram se moldando às realidades específicas de cada período e, claro, de seus atores sociais. Referimos-nos a característica de dominação que os diversos grupos no decorrer da História conseguiam impor, através de mecanismos dos mais variados, para manter seu *status quo* social.

O mecanismo que mais nos chama atenção na Idade Média é o senhorio. Elemento de difícil definição seja para a Antiguidade Romana ou no decorrer do século XIX, ele é um dado presente de forma marcante na documentação do Medievo Ocidental, extravazando, inclusive, seu este próprio espaço, que nos possibilita refletir sobre as relações de poder rompendo a fórmula dominante *versus* dominados, contudo, sem ignorar sua existência.

Em nossas pesquisas o temos invocado como um tipo de poder exercido sobre homens e terras, em sintonia àquilo que o medievalista Alain Guerreau (1982; 2002) definiu como *dominium*. Contudo, temos tentado superar esta definição procurando demonstrar as relações de negociação que se travaram no decorrer da Idade Média evidenciando assim o que consideramos como uma interdependência entre os diversos níveis sociais. Evidentemente, que isto não anula as posições hierárquicas estabelecidas entre quem manda e quem obedece, mas, ajuda a demonstrar que nas idas e vindas do agir político medieval nem sempre ceder significava perder e, tampouco, quebrar a dominação era sinônimo de liberdade.

No caso castelhano-leonês, verifica-se que o processo de senhoriação generaliza-se a partir do século XI (ORTIZ DE VILLAJOS, 2002) e, conseqüentemente, as relações que se estabeleceram desde então, mas que, para nós, já davam a tônica da política dos séculos anteriores, basear-se-ão na maneira como os envolvidos negociarão a distribuição e manutenção dos senhorios e na maneira como conseguirão mantê-los.

Vinculada a uma questão territorial que não pode ser ignorada, a senhoriação envolverá todas as esferas da sociedade medieval, fator este que nos obriga a pensá-la como uma *sociedade senhorial* em oposição a clássica denominação *sociedade feudal* (BLOCH, 1980). O senhorio fugirá aqui dos longos debates travados por Américo Castro (1983); Carlos Estepa Díez (2010); Claudio Sanchez Albornoz, (2001); Dominique Barthélemy com Stephen D. White (1996) e sozinho em 2002; Georges Duby (1988); Ignacio Álvarez Borge (2010); José Maria Monsal Antón (1998); Luis García de Valdeavellano (1981); Salvador de Moxó Ortiz de Villajos (2000); Reyna Pastor de Togneri (1984); Thomas N. Bisson (1994); Timothy Reuter e Chris Wickham (1997), entre tantos outros, e se expressará, ao lado do conceito de *Reconquista* apresentado por Francisco García Fitz (2010), como o elemento indispensável para a compreensão daquilo que chamamos de *poder senhorial-episcopal*.

Como demonstra Jérôme Baschet (2006, p. 63), os bispos no Ocidente cristão desempenharam, principalmente nos séculos de V a VII, a função de “pilares incontestáveis da Igreja”. Tal característica ainda é presente na Idade Média Central, principalmente com a forte aristocratização do episcopado desde o período romano (MORSEL, 2008). Tal aristocratização iniciada na Alta Idade Média é

bastante saliente na Gália do Sul e na Espanha, assegura a manutenção de uma rede de cidades episcopais nas mãos de homens bem formados, escorados por famílias poderosas e que sabem governar. O bispo é, então, a principal autoridade urbana, concentrando em si poderes religiosos e políticos: ele é juiz e conciliador, encarnação da lei e da ordem, “pai” e protetor de sua cidade (BASCHET, 2006, p. 63).

Ora o *poder senhorial-episcopal* se define conceitualmente nas bases históricas da atuação episcopal nas relações políticas do Ocidente Medieval tendo o senhorio como o principal meio, seja como conquistado ou recebido em

doação. Não coincidentemente, Marc Bloch (1980, p. 388) tão bem acerta ao questionar: “Não são precisos, acima de tudo, prelados capazes de governar e até de fazer a guerra?” E o respeitado medievalista da resistência francesa não para por aí, ele nos lembra que:

Bruno de Toul que, com o nome de Leão IX, se tornaria um papa muito santo, devia a sua sé episcopal, especialmente, às qualidades de que tinha dado provas como oficial de tropas. Às igrejas pobres, o soberano dá, de preferência, bispos ricos. Não desdenha para si próprio, presentes cuja obrigação o uso tem tendência para impor aos novos investidos, quer o objeto da investidura seja um feudo militar ou uma dignidade religiosa (BLOCH, 1980, p. 388).

O *poder senhorial-episcopal* é justamente a ação combinada da legitimidade senhorial (o fazer a guerra, por exemplo) com as obrigações e direitos inerentes aos bispos (a excomunhão, por exemplo). Isso os possibilita um manejo e posicionamento políticos, nem sempre confortáveis em seu cotidiano, nos tensionamentos inerentes à *Sociedade Senhorial*. Para nós, tal legitimidade se dá por meio dos sucessos militares episcopais durante a reconquista possibilitando assim a expansão territorial de suas dioceses *locus* no qual suas obrigações e direitos se concretizam. Afinal, na Idade Média um bispo sem diocese é um sepulcro caído.

Funcionando como *modus operandi*, o *poder senhorial-episcopal* está presente nos processos de negociação daquele período, no qual os episcopados locais se viam constantemente flechados por forças vindas de todos os lados, desde o papado, passando pelas monarquias, até chegar à aristocracia senhorial, sem contar a própria pressão dos *villani* que tinham no bispo senhor ao mesmo tempo um rival e um aliado.

Sendo assim, este conceito evidencia a interdependência de cunho horizontal entre as instâncias, diferentemente do que muitas vezes deixa a entender algumas vertentes

historiográficas, porém, sem quebrar a hierarquização social tão típica da Idade Média. O *poder senhorial-episcopal* apenas perpetua o quanto as relações de poder eram fluidas, e a política medieval juntamente às suas instituições calcadas nas idas e vindas dos personalismos, reafirmando aquilo que tão bem demonstrou Leandro Duarte Rust (2011) ao estudar a política papal na Idade Média Central.

Sendo, então, o senhorio um território e o *poder senhorial-episcopal* o elemento que definirá as relações entre os bispos e demais agentes inseridos em sua lógica, resta entender como ele estabelece as bases para isso que expressamos conceitualmente, mas que, na verdade, busca definir uma realidade histórica muito bem documentada como veremos a seguir.

O bispo guerreiro Bernardo de Sigüenza e ação do *poder senhorial-episcopal*: a reconquista como base para as negociações e dominação territorial

As informações a respeito do primeiro bispo de Sigüenza na Idade Média Central são tão escassas quanto em relação a reconquista da capital de sua diocese. No entanto, por meio da historiografia e analisando algumas questões já levantadas paralelas à sua vida, consideramos ser possível inferir alguns pontos pertinentes acerca, principalmente, da sua atuação militar e das negociações por ele conduzidas para a consolidação e manutenção de seu senhorio.

Segundo os estudos de Toribio Minguella y Arnedo (1910), o bispo de Sigüenza nasceu na cidade Agen, provavelmente em 1080. Apesar de ignorarmos os nomes dos seus pais, sabe-se que ao menos sua mãe e seus irmãos o acompanharam à Península Ibérica, aproximadamente em 1098, quando ele tinha uns 18 anos. Entretanto, no caso de sua mãe não sabemos se chegou à região quando Bernardo e seu irmão Pedro, futuro bispo de Palencia, estavam servindo ao arcebispo de Toledo ou quando já haviam sido consagrados bispos em

suas respectivas dioceses.

Temos, ainda, informações de uma irmã, de nome Blanca, que aparece documentada, em 1182, em uma doação do bispo seguntino Arderico ao cabido de Moratilla y Seño e casada com Sancho de Peñaranda.⁶ Ao doar as propriedades ao cabido, o referido bispo afirma que as mesmas foram de Dona Blanca, irmã do bispo de Sigüenza, Bernardo, e que foram vendidas com o consentimento do seu marido e filhos.⁷ Por fim, completando as redes familiares, tem-se notícia de um irmão de sua mãe, também Pedro, que foi bispo de Segovia.

Uma vez que consideramos que Bernardo de Agen tenha ido para a Península Ibérica por vontade de Bernardo de Toledo, podemos inferir que assim como o prelado toledano, ele teve sua formação inicial em Cluny ou no monastério de Sahagún.⁸ Acreditamos ser mais provável o segundo caso, já que o arcebispo de Toledo foi abade do mesmo.

No que diz respeito a sua consagração como bispo, os anos são bem mais diversos que o marco da reconquista da capital de sua diocese, como demonstra certa complicação documental.

Bernardo de Agen aparece, em 1115, já como bispo de Sigüenza, confirmando as atas do Concilio de Oviedo.⁹ No entanto, em um documento datado de 1144, no qual faz algumas doações ao cabido, afirma ser aquele o vigésimo terceiro ano de sua consagração.¹⁰ Se

subtrairmos o ano do documento com os vinte e três anos ressaltados pelo bispo, chegaremos ao ano de 1121, quando ele teria a provável idade de 41 anos. É claro que tudo isso são apenas conjecturas, mas que se encaixam em certa lógica de raciocínio.

Levando em consideração sua idade, acreditamos ser bem possível, já com uma carreira eclesiástica relativamente estabelecida, Bernardo de Agen ter sido consagrado bispo em 1121, mesmo sem ter sua diocese sob seu domínio, o que seria, então, questão de tempo.

Outro aspecto corrobora com esta data. Um documento firmado por Alfonso VII, datado de 28 de novembro de 1123, no qual o monarca galego doa à Igreja Metropolitana de Toledo a décima parte de todas as rendas que pertenciam a ele nesta cidade e Bernardo de Agen aparece como capelão régio: “Facta carta per manus Segontini Episcopi, Regis Capellani, domini Bernardi jusu et admonitu ejusdem regis, cujus rei et testis extitit et confirmat”.¹¹

Tal trecho documental, além possibilitar que defendamos o ano de 1121 como o de consagração de Bernardo de Agen, também abre espaço para inferirmos que o bispo acompanhava Alfonso VII em suas campanhas, até mesmo como possível membro de sua chancelaria.

Minguella y Arnedo descreve o bispo seguntino como:

⁶ Cf. COLECCIÓN DIPLOMÁTICA. Doc. XCIV – 13 de agosto de 1182. In: (MINGUELLA Y ARNEDO, 1910, p. 449).

⁷ Quam comuniter emimus a domina blancha sorori domini bernardi bone memorie quondan segonti episcopi. cum consensu et voluntate sancii de penaranda viri sui et filiorum suorum et habeatis et possideatis iuri hereditario in perpetuum. Doc. XCIV – 13 de agosto de 1182. COLECCIÓN DIPLOMÁTICA. Doc. XCIV – 13 de agosto de 1182. In: (MINGUELLA Y ARNEDO, 1910, p. 449).

⁸ Toribio Minguella y Arnedo (1910, p. 62), levanta a possibilidade do mesmo ter tido seus primeiros estudos eclesiásticos em Cluny.

⁹ Bernardus Segontiae episcopus confirmo. COLECCIÓN DE CÁNONES Y DE TODOS LOS CONCÍLIOS DE LA IGLESIA DE ESPAÑA Y AMÉRICA. Notas é ilustraciones por D. Juan Tejada y Ramiro. Parte Segunda. Concílios del siglo IX en adelante. Tomo III. Madrid: Imp. de D. Pedro Montero, 1861. p. 243.

¹⁰ XX tertio ordinationis mee anno. COLECCIÓN DIPLOMÁTICA. Doc. XXIII – Ano 1144. In: (MINGUELLA Y ARNEDO, 1910, p. 375).

¹¹ *Biblioteca Nacional de Madrid*. Sala de Varios. Colec. del Padre Burriel; t. I, fol. 43.

Vino muy joven à Castilla, y la docilidad de su caráter, cultivada en escuela de sabios y santos, le hizo una de las figuras más grandes de la España reconquistada y la más colosal de la Diócesis de Sigüenza. Tan insigne Prelado fué sin duda un tipo perfecto de aquellos venerandos personajes, hoy apenas comprensibles para nuestras pobres y melindrosas inteligencias; el tipo español de los Obispos guerreros, hombres providenciales que dieron impulso decisivo al sacudimiento de la afrentosa dominación musulmana, y cuya misión patrio-religiosa, en su genuíno concepto de enardecedores del valor cristiano, llegó à punto culminante en las Navas de Tolosa, y tuvo su noble ocaso en el triunfo sobre los enemigos de nuestra fe. Por eso los Obispos, cubiertos de bélica armadura, aparecen ya menos ó nada simpáticos en las batallas de Olmedo y en los campos de Villalar (MINGUELLA Y ARNEDO, 1910, p. 62).

Como afirma García Fitz, referindo-se aos problemas enfrentados por Alfonso VII, *Imperador*, durante os primeiros anos do seu reinado:

Con un poder central débil y discutido, el peso de las actuaciones militares no podía recaer sobre unamonaarquía que, hasta entonces, había dirigido el proyecto de conquistas. Por el contrario, hubieron de ser los concejos fronterizos y otros poderes locales, como el arzobispo de Toledo, los que tuvieron que hacer frente a las nuevas contingencias – a la presión almorávide – basándose para ello, exclusivamente, en la defensa de sus propios términos y en la realización de campañas predatorias que no tenían como objetivo inmediato la expansión territorial, salvo alguna excepción ya señalada (GARCÍA FITZ, 2002, p. 81).

Uma dessas exceções, para nós, indubitavelmente, foi o caso da reconquista de Sigüenza, que pode ser assinalada como um projeto que está fundamentado, além do contexto destacado acima pelo autor, em estratégias encabeçadas pelo arcebispo Bernardo de Toledo. Fica difícil, assim, não considerarmos a atitude de Bernardo de Agen como um reflexo dos anos finais dos governos

de Urraca I e os iniciais de Alfonso VII, *Imperador*, uma vez que os bispos fazem parte, em nossa opinião, desses “outros poderes locais”, nas palavras de García Fitz.

Por sua vez, passado os turbulentos anos iniciais de seu governo, o monarca castelhano-leonês, em meio às suas preocupações com o processo de independência de Portugal e seu avanço sobre a Galiza, os problemas de sucessão na coroa de Aragão e os conflitos com Navarra, dedica-se, também, a por em prática a estratégia de doações de senhorios, inclusive episcopais, para, de alguma maneira, tentar exercer seu poder nas regiões fronteiriças então conquistadas, como no caso de Sigüenza. Esses aspectos fazem de Bernardo de Sigüenza, como afirma Adrián Blázquez Garbojosa (1988, p. 49) e Toribio Minguella y Arnedo (1910, p. 65), senhor de Sigüenza por direito de conquista, mas não se pode ignorar que a criação do senhorio episcopal seguntino parte de interesses políticos de Alfonso VII, inserido no contexto da reconquista e nas necessidades de negociação com o *poder senhorial-episcopal* exercido àquelas alturas por Bernardo de Sigüenza.

Conclusões de conjunto

Verifica-se, graças ao contexto no qual esteve inserido Bernardo de Sigüenza que devido a reconquista, todo o processo de aristocratização episcopal que já se desenvolvia desde os séculos anteriores concretizou-se de maneira saliente com o ápice da senhoriação na Idade Média Central. Contudo, longe disto evidenciar desorganização política percebe-se muito claramente o rearranjo das forças tomando a negociação como o principal mote para a manutenção da dominação através do *poder senhorial-episcopal* exercido, neste caso, pelo aquitano.

A dominação a que nos referimos tinha como base a expansão territorial, calcada nos mecanismos ideológicos expostos por Francisco García Fitz e denominada como reconquista.

Por outro lado, esse processo militar e religioso lançou as bases, repetimos, para que o *poder senhorial-episcopal* fosse exercido de maneira mais plena.

Uma vez que a monarquia castelhano-leonesa não podia se fazer presente nas regiões recém-reconquistadas às mãos islâmicas, este vácuo foi preenchido pelas forças locais, nesse caso, os bispos. Contudo, isso não significou uma quebra de hierarquia ou mesmo legitimidade monárquica. Apesar de pouco a pouco os poderes episcopais locais terem se fortalecido mais e mais, o que testemunha-se, na verdade, é o estabelecimento da lógica de negociações que culminarão cada vez mais numa interdependência entre os poderes senhoriais do episcopado e da monarquia e para que a dominação se mantivesse, era essencial que estas duas esferas mais do que se enfrentar, encontrassem um ponto de equilíbrio no complexo quadro de relações de poder que foi a *sociedade senhorial*.

Documentação impressa:

ANÓNIMO. *Poema de Mio Cid*. Edición de Colin Smith. Madrid: Catedra, 2001

Biblioteca Nacional de Madrid. Sala de Varios. Colec. del Padre Burriel; t. I, fol. 43

COLECCIÓN DE CÁNONES Y DE TODOS LOS CONCÍLIOS DE LA IGLESIA DE ESPAÑA Y AMÉRICA. Notas é ilustraciones por D. Juan Tejada y Ramiro. Parte Segunda. Concílios del siglo IX en adelante. Tomo III. Madrid: Imp. de D. Pedro Montero, 1861.

COLECCIÓN DIPLOMÁTICA. In: MINGUELLA Y ARNEDO, Toribio. Historia de la Diócesis de Sigüenza y sus Obispos: Desde los cominenzos de la Diócesis hasta fines del Siglo XIII. Madrid: Imp. de la Revista de Arch., Bibl. y Museos, 1910. Vol. 1. p. 347-389. (Anos de 1124-1151).

Referencias

ÁLVAREZ BORGE, Ignacio. Señorío y feudalismo en castilla. Una revisión de la historiografía entre los años 1989-2004. In: SARASA SÁNCHEZ, Esteban; SERRANO MARTÍN, Eliseo. (Eds.). *Estudios sobre señorío*

y feudalismo (*Homenaje a Julio Valdeón*). Zaragoza: Institución Fernando el Católico, 2010. p. 107-196

BALOUP, Daniel. Reconquête et croisade dans la Chronica Adefonsi imperatoris (ca. 1150). *Cahiers de linguistique et de civilisation hispaniques médiévales*, Paris, n. 25, p. 453-480, 2002

BARTHÉLEMY, Dominique. Senhorio. In: LE GOFF, Jacques; SCHMITT, Jean-Claude. (Coord.). *Dicionário Temático do Ocidente Medieval*. Bauru, SP; São Paulo, SP: EDUSC; Imprensa Oficial do Estado, 2002. 2v., V. 2, p. 465-476

_____; WHITE, Stephen D. The “Feudal Revolution”. *Past and Present*, Oxford, n. 152, p. 196-223, aug., 1996

BASCHET, Jérôme. A civilização feudal: Do ano mil à colonização da América. São Paulo: Globo, 2006.

BISSON, Thomas N. The “Feudal Revolution”: Reply. *Past and Present*, Oxford, n. 155, p. 208-225, may, 1997

_____. The “Feudal Revolution”, *Past and Present*, Oxford, n. 142, p. 6-42, feb., 1994

BLÁZQUEZ GARBAJOSA, Adrián. *El Señorío episcopal de Sigüenza: economía y sociedad (1123-1805)*. Guadalajara: Institución Provincial de Cultura Marqués de Santillana, 1988

_____. La reconquista de Sigüenza y su significación geopolítica regional. *Wad-al-Hayara: Revista de estudios de Guadalajara*, Guadalajara, n. 12, p. 35-42, 1985

BLOCH, Marc. *A sociedade feudal*. Lisboa: Edições 70, 1980

BOISSELLIER, Stéphane. Réflexions sur l'idéologie portugaise de la Reconquête: XII-XIV siècles. *Mélanges de la Casa de Velázquez*, Madrid, n. 30, p. 139-166, 1994

CASTRO, Américo. España en su historia. Cristianos, moros y judíos. Barcelona: Grijalbo, 1983

DÁVARA Y RODRÍGUEZ, Francisco Javier. Síntesis Histórica de la Universidad de Sigüenza. Anales seguntinos: revista de estudios seguntinos del Centro de Estudios Seguntinos de la Asociación Cultural “El Doncel de Amigos de Sigüenza”, Sigüenza, n. 6, p. 23-35, 1990

DOSSE, François. Questões suscitadas pela pluralidade dos modelos interpretativos em ciências sociais: a guinada interpretativa. In: _____. [A História à Prova do Tempo: Da História em Migalhas ao Resgate do Sentido. São Paulo: Unesp, 1999. p. 39-69](#)

DUBY, Georges. Economia rural e vida no campo no Ocidente Medieval. Lisboa: Edições 70, 1988. 2v

_____. História social e ideologias das sociedades. In: LE GOFF, Jacques; NORA, Pierre. (Dir.). *História: Novos problemas*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1976. p. 130-145

ESTEPA DÍEZ, Carlos. Notas sobre el feudalismo castellano en el marco historiográfico general. In: SARASA SÁNCHEZ, Esteban; SERRANO MARTÍN, Eliseo. (Eds.). *Estudios sobre señorío y feudalismo (Homenaje a Julio Valdeón)*. Zaragoza: Institución Fernando el Católico, 2010. p. 77-106

GARCÍA DE VALDEAVELLANO, Luis. *El feudalismo hispánico y otros estudios de historia medieval*. Barcelona: Ariel, 1981

GARCÍA FITZ, Francisco. *La Reconquista*. Granada: Editorial Universidad de Granada, 2010

_____. *Relaciones políticas y guerra. La experiencia castellano-leonesa frente al Islam. Siglos XI-XIII*. Sevilla: Secretariado de Publicaciones/ Universidad de Sevilla, 2002

GUERREAU, Alain. *El Futuro de un Pasado: La Edad Media en el Siglo XXI*. Barcelona: Crítica, 2002

_____. *O Feudalismo: Um horizonte teórico*. Lisboa: Edições 70, 1982

LOMAX, Derek W. *La Reconquista*. Barcelona: Crítica, 1984

MARTÍNEZ GÓMEZ-GORDO, Juan Antonio. Sigüenza y Alfonso VI. *Wad-al-Hayara: Revista de estudios de Guadalajara*, Guadalajara, n.12, p. 65-68, 1985

MINGUELLA Y ARNEDO, Toribio. *Historia de la Diócesis de Sigüenza y sus Obispos: Desde los comienzos de la Diócesis hasta fines del Siglo XIII*. Madrid: Imp. de la Revista de Arch., Bibl. y Museos, 1910. Vol. 1

MONSAL ANTÓN, José M^a. Crisis del feudalismo y centralización monárquica castellana (observaciones acerca del origen del “Estado Moderno” y su causalidad). In: ESTEPA, Carlos; PLACIDO, Domingo. (Coords.); TRIAS, Juan. (Ed.). *Transiciones en la antigüedad y feudalismo*. Madrid: Fundación de Investigaciones Marxistas, 1998. p. 139-167

MONTEMAYOR, Julián. Afonso VI e Bernardo de Agen. In: CARDAILLAC, Louis. (Org.). *Toledo, séculos XII-XIII. Muçulmanos, cristãos e judeus: o saber e a tolerância*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1992

MORSEL, Joseph. *La aristocracia medieval: El dominio social en Occidente (siglos V-XV)*. València: Publicaciones de la Universitat de València, 2008.

ORTIZ DE VILLAJOS, Salvador de Moxó. Los Señoríos. En torno a una problemática para el estudio del régimen señorial. In: _____. *Feudalismo, señorío y nobleza en*

la Castilla medieval. Madrid: Real Academia de la Historia, 2000. p. 137-204

PASTOR DE TOGNERI, Reyna. *Sobre la articulación de las formaciones económico-sociales: comunidades de aldeñ y señoríos en el norte de la Península Ibérica (siglos X-XIII)*. In: BISSON, Thomas N.; BONNASSIE, Pierre. et al. *Estructuras feudales y feudalismo en el mundo mediterráneo (siglos X-XIII)*. Barcelona: Crítica, 1984. p. 92-116

REGLERO DE LA FUENTE, Carlos Manuel. Los obispos y sus sedes en los reinos hispánicos occidentales (Mediados del siglo XI – mediados del siglo XII: tradición visigoda y reforma romana. In: Semana de Estudios Medievales, 33., Estella, 18 a 22 de julio de 2005. *Acta... La reforma gregoriana y su proyección en la cristiandad occidental: siglos XI-XII*. Navarra: Departamento de Cultura y Turismo/ Institución Príncipe de Viana, 2006. p. 195-288

REUTER, Timothy; WICKHAM, Chris. The “Feudal Revolution”. *Past and Present*, Oxford, n. 155, p. 177-208, may, 1997

RUST, Leandro Duarte. *Colunas de São Pedro: A política papal na Idade Média Central*. São Paulo: Annablume, 2011

SANCHEZ ALBORNOZ, Claudio. *España. Un enigma histórico*. Barcelona: Edhasa, 2001. 2v.

SÁEZ SÁNCHEZ, Carlos. Orden, conservación y ostentación: el cartulario de la catedral de Sigüenza (c. 1212). *Anuario de estudios medievales*, Madrid, v. 1, n. 36, p. 171-199, 2006

SEVILLA MUÑOZ, Julia. Una consecuencia de la reconquista de Guadalajara: la repoblación de Sigüenza por un obispo aquitano. *Wad-al-Hayara: Revista de estudios de Guadalajara*, Guadalajara, n. 12, p. 43-56, 1985.